



Considerando as projeções da economia divulgadas pelo governo, na qual inclui a queda dos juros e da inflação oficiais, corroborada por economistas do mercado financeiro, a Companhia avalia o Cenário II da queda dos indicadores como o mais provável. **Seção C – Informações por segmento: 5. Avaliação das informações por segmento:** Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior presencial, o Grupo está organizado em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pelo Grupo, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados do Grupo agrupados, monitorados e avaliados de forma integrada. **Seção D – Estrutura do Grupo: 6. Controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações do Grupo e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

	Diretas %		Indiretas %		
	2016	2015	2016	2015	
Instituto Campiense de Ensino Superior Ltda	99,99	99,99	100,00	100,00	
União de Ensino Superior do Pará – UNESPA (i)	-	-	100,00	100,00	
Instituto Santareno de Educação Superior – ISES (i)	-	-	100,00	100,00	
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00	
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00	
CETEBa - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00	
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00	
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00	
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. (ii)	-	-	100,00	100,00	
Sociedade Universitária Miletto Ltda. (ii)	-	-	100,00	100,00	
FHM Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00	
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00	
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00	
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS	99,99	99,99	100,00	100,00	
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	99,99	99,99	100,00	100,00	
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	99,99	99,99	100,00	100,00	
CIESPI - Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00	
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00	
Uninassau Participações S.A.	99,99	99,99	100,00	100,00	
Nassau Escola de Aviação Civil Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00	
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00	
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda	99,99	99,99	100,00	100,00	
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda	99,99	99,99	100,00	100,00	
(i) A União de Ensino Superior do Pará – UNESPA e Instituto Santareno de Educação Superior – ISES são controladas indiretas da Companhia através do Instituto Campiense de Ensino Superior Ltda. (ii) A Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. e a Sociedade Universitária Miletto Ltda. são controladas indiretas da Companhia através do CENESUP – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício de controle e de consolidação das contas patrimoniais e de resultado correspondente à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, sendo que para as contas do resultado, os valores apenas são consolidados da data em que o controle foi adquirido pela Companhia em diante.					

(a) Investimentos (Controladora)

	Participação Direta	Participação Indireta	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento	31/12/2016 (Nota 11(c))	Total
Controladas Diretas							
CETEBa - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	99,99	100,00	10.758	4.152	10.758	4.140	14.898
FHM Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	100,00	309	89	309		309
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	99,99	100,00	93.756	23.204	93.756		93.756
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	100,00	2.123	999	2.123		2.123
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	100,00	24.971	14.175	24.971	4.362	29.333
Instituto Campiense de Ensino Superior Ltda	99,99	100,00	217.121	101.502	217.121		217.121
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	100,00	1.834	3.355	1.834		1.834
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	99,99	100,00	29.392	17.596	29.392	5.125	34.517
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	99,99	100,00	49.642	5.395	49.642	8.405	58.047
Centro de Educação Continuada Maurício de Sergipe Ltda - SESPS	99,99	100,00	1.014	(2.153)	1.014		1.014
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	99,99	100,00	37.665	2.816	38.188	1.043	39.231
Centro de Ensino Superior Piauiense - FAP	99,99	100,00	21.947	23.245	23.208	959	24.167
Teresina	99,99	100,00	9.317	9.872	12.798	8.662	21.460
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. - FAP Aliança	99,99	100,00	8.794	11.142	8.794		8.794
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	99,99	100,00	12.435	14.161	16.825	5.360	22.185
Fap Parnaíba	99,99	99,99	-	-	-		-
Uninassau Participações S.A.	99,99	100,00	-	-	-	120	120
Nassau Escola de Aviação Civil Ltda.	99,99	100,00	4.408	691	6.868	573	7.441
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	100,00	1.338	(811)	1.338	2.232	3.570
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda. - FAL	99,99	100,00	3.078	(2.082)	6.018	3.521	9.539
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda. - FASE	-	-	-	-	-	-	-
Faculdade Decisão - FADE	-	-	-	(20)	2.260	1.028	3.288
Faculdades COC de Macaé - FACOCMA	-	-	-	(600)	1.800		1.800
Total Controladas Diretas			529.902	227.028	549.017	45.530	594.547
Controladas Indiretas							
União de Ensino Superior do Pará - UNAMA	0	100,00	58.824	60.362	117.224	92.134	209.358
Instituto Santareno de Educação Superior - FIT	0	100,00	8.362	5.480	16.662	5.320	21.982
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. - UNG	0	100,00	24.527	11.073	138.127	43.591	181.718
Sociedade Universitária Miletto Ltda. - FAMIL	100,00	-	818	207	5.318	1.346	6.664
Total Controladas Indiretas			92.531	77.122	277.331	142.391	419.722
Total do Goodwill						187.921	317.127

	Participação Direta	Participação Indireta	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento	31/12/2016 (Nota 11(c))	Total
Controladas Diretas							
CETEBa - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	99,99	100,00	6.103	(675)	6.103	4.140	10.243
FHM Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	100,00	222	76	222	-	222
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	99,99	100,00	85.620	21.355	85.620	-	85.620
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	100,00	2.142	1.683	2.142	-	2.142
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	100,00	23.869	9.350	23.869	4.362	28.231
Instituto Campiense de Ensino Superior Ltda	99,99	100,00	186.025	68.183	186.025	-	186.025
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	100,00	1.421	2.112	1.421	-	1.421
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	99,99	100,00	30.225	17.562	30.225	5.125	35.350
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	99,99	100,00	45.769	(737)	45.769	8.405	54.174
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	99,99	100,00	646	1.201	646	-	646
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS	99,99	100,00	25.895	(2.812)	26.562	1.043	27.605
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	99,99	100,00	22.030	10.886	23.291	959	24.250
Centro de Ensino Superior Piauiense - FAP	99,99	100,00	8.626	6.257	12.208	8.662	20.870
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. - FAP Aliança	99,99	100,00	8.492	6.799	8.492	-	8.492
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	99,99	100,00	12.301	10.510	16.830	5.360	22.190
Fap Parnaíba	99,99	99,99	-	-	-		-
Uninassau Participações S.A.	99,99	100,00	-	-	-	120	120
Nassau Escola de Aviação Civil Ltda.	99,99	100,00	3.377	(2.371)	5.857	573	6.430
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	100,00	1.358	(1.377)	1.358	2.232	3.990
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda. - FAL	99,99	100,00	3.370	(1.623)	6.390	3.521	9.911
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda. - FASE	-	-	-	-	-	-	-
Faculdade Decisão - FADE	-	-	-	-	(20)	2.280	3.308
Faculdades COC de Macaé - FACOCMA	-	-	-	(700)	2.300		2.300
Total Controladas Diretas			467.491	145.600	487.610	45.530	533.140
Controladas Indiretas							
União de Ensino Superior do Pará - UNAMA	-	100,00	36.580	38.931	94.980	92.135	149.639
Instituto Santareno de Educação Superior - FIT	-	100,00	523	(512)	8.823	5.320	12.476
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. - UNG	-	100,00	11.877	7.580	125.477	42.622	155.574
Sociedade Universitária Miletto Ltda. - FAMIL	-	100,00	(2)	346	(2)	5.840	5.838
Total Controladas Indiretas			48.978	46.345	229.278	145.917	323.527
Total do Goodwill						191.447	317.127

	Participação Direta	Participação Indireta	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento	31/12/2016 (Nota 11(c))	Total
Controladas Diretas							
CETEBa - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	99,99	100,00	6.103	(675)	6.103	4.140	10.243
FHM Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	100,00	222	76	222	-	222
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	99,99	100,00	85.620	21.355	85.620	-	85.620
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	100,00	2.142	1.683	2.142	-	2.142
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	100,00	23.869	9.350	23.869	4.362	28.231
Instituto Campiense de Ensino Superior Ltda	99,99	100,00	186.025	68.183	186.025	-	186.025
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	100,00	1.421	2.112	1.421	-	1.421
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	99,99	100,00	30.225	17.562	30.225	5.125	35.350
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	99,99	100,00	45.769	(737)	45.769	8.405	54.174
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	99,99	100,00	646	1.201	646	-	646
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS	99,99	100,00	25.895	(2.812)	26.562	1.043	27.605
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	99,99	100,00	22.030	10.886	23.291	959	24.250
Centro de Ensino Superior Piauiense - FAP	99,99	100,00	8.626	6.257	12.208	8.662	20.870
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. - FAP Aliança	99,99	100,00	8.492	6.799	8.492	-	8.492
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	99,99	100,00	12.301	10.510	16.830	5.360	22.190
Fap Parnaíba	99,99	99,99	-	-	-		-
Uninassau Participações S.A.	99,99	100,00	-	-	-	120	120
Nassau Escola de Aviação Civil Ltda.	99,99	100,00	3.377	(2.371)	5.857	573	6.430
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	100,00	1.358	(1.377)	1.358	2.232	3.990
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda. - FAL	99,99	100,00	3.370	(1.623)	6.390	3.521	9.911
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda. - FASE	-	-	-	-	-	-	-
Faculdade Decisão - FADE	-	-	-	-	(20)	2.280	3.308
Faculdades COC de Macaé - FACOCMA	-	-	-	(700)	2.300		2.300
Total Controladas Diretas			467.491	145.600	487.610	45.530	533.140
Controladas Indiretas							
União de Ensino Superior do Pará - UNAMA	-	100,00	36.580	38.931	94.980	92.135	149.639
Instituto Santareno de Educação Superior - FIT	-	100,00	523	(512)	8.823	5.320	12.476
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. - UNG	-	100,00	11.877	7.580	125.477	42.622	155.574
Sociedade Universitária Miletto Ltda. - FAMIL	-	100,00	(2)	346	(2)	5.840	5.838
Total Controladas Indiretas			48.978	46.345	229.278	145.917	323.527
Total do Goodwill						191.447	317.127

(b) Movimentação do saldo de investimento em empresas controladas (Controladora):

	2016	2015
No início do exercício	533.140	400.625
Aumento de capital	27.187	80.770
Participação nos lucros de subsidiárias	227.028	145.660
Distribuição de lucros recebidos de subsidiárias	(194.421)	(93.274)
Combinação de negócios	(829)	-
Outros	1.613	188
No final do exercício	594.547	533.140

Em julho de 2016 a Companhia homologou o aumento do capital social das controladas mediante a utilização de saldos de conta corrente. Na mesma data, aprovou a distribuição de lucros das subsidiárias através da compensação dos saldos de conta corrente com as mesmas. Os montantes capitalizados e distribuídos estão demonstrados conforme segue:

	Controlada	Aumento de Capital	Distribuição de Dividendos
CETEBa - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	476	-	-
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	11	(18.439)	-
Instituto Campiense de Ensino Superior Ltda	21	(70.438)	-
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	320	-	-
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda	791	-	-
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda	1.474	-	-
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS	8.809	-	-
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	10.707	(26.132)	-
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	2.856	(4.376)	-
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	8	(13.077)	-
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	64	(23.388)	-
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	-	(9.279)	-
CIESPI - Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda.	20	(10.972)	-
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	9	(14.361)	-
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	1.621	-	-
EDUCRED - Adm de Crédito Educ. e Cobrança	-	(1.016)	-
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	-	(2.943)	-
Total 2016	27.187	(194.421)	-
Total 2015	80.770	(93.274)	-

Seção E – Notas explicativas relevantes selecionadas: 7. Instrumentos financeiros por categoria:

	2016	2015	2016	2015
Empréstimos e recebíveis	1.190	2.829	5.131	7.945
Caixa e equivalentes	147.630	140.304	405.256	381.353
Partes relacionadas	-	16.323	-	-
	148.820	159.456	410.387	389.298

Mensurados ao valor justo
Caixa e equivalentes
Títulos e valores mobiliários



os que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado, que é um ativo e, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de intangíveis não reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **29.15 Provisões:** As provisões para contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (I) existe uma obrigação presente ou não

formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança, com base nos julgamentos dos consultores jurídicos. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. A aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **29.16 Tributação: (a) Imposto de renda e contribuição social corrente:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Para as unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", as atividades de ensino superior de graduação gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL". **(b) PIS e COFINS:** Para as receitas das atividades de ensino, com exceção das atividades de graduação das unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", incidem o Programa de Integração Social "PIS" e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS" nas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incidem o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. As atividades de graduação nas unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI" são isentas do Programa de Integração Social "PIS" e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS". **(c) PROUNI:** As unidades que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais: • Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL", instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988; • COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 29 de dezembro de 1991; e, • PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970. As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. **(d) ISS:** As receitas das atividades de ensino incluem o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza "ISS", conforme regulamentado na lei complementar 116/2003, nas alíquotas de 3,00% a 5,00%, a depender do município. O tributo é reconhecido de acordo com o reconhecimento de receita da Companhia. **29.17. Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). **29.18. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementalmente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **29.19. Reconhecimento da receita, custos e despesas:** As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência. **(a) Receita de serviços:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de ensino superior, pós-graduação, cursos livres e atividades educacionais correlatas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço. As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a Unidade ou o termo acadêmico. As receitas são geradas com base em contratos de preço fixo, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. A Companhia aderiu, em outubro de 2013, ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC), criado pelo Ministério da Educação (MEC) para expandir a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores brasileiros. As receitas são geradas com base na bolsa-formação, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação de serviço, considerando a confirmação de presença por cada aluno, de acordo com as condições e requisitos do programa. A Companhia registra com desconto os encargos educacionais decorrentes dos contratos de financiamento garantidos pelos alunos que aderiram ao FGEDUC de acordo com a Portaria Normativa Nº 21 de 21 de outubro de 2010, Portaria Normativa Nº 14 de 28 de junho de 2012 e Portaria Normativa Nº 3 de 3 de janeiro de 2014. Os encargos educacionais somam 5,63% da receita oriunda dos alunos que possuem adesão ao FGEDUC pelo FIES. Adicionalmente, a partir de 2016 foi incluído um novo desconto de 2% relativos aos encargos FIES, conforme Medida Provisória Nº 741 ("MP 741"). **(b) Receitas e despesas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **29.20. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que estabelece 25% como mínimo obrigatório e os dividendos e juros sobre o capital próprio que eventualmente tenham sido pagos a título de antecipação durante o exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O efeito fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Jânio Janguê Bezerra Diniz - Diretor Presidente; João Alberício Porto de Aguiar - Diretor; Kristiano Benavi da Silva - Contador - CRC-PB 007867/O-3-S-PE
Parecer do Conselho Fiscal
Os membros do Conselho Fiscal da Ser Educacional S.A. ("Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, examinaram o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das correspondentes notas explicativas, elaborados de acordo com a legislação vigente, bem como examinaram a proposta de distribuição de dividendos apresentada pela administração da Companhia. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da Companhia e no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre as referidas demonstrações financeiras, emitido sem ressalvas na data de hoje, concluíram, por unanimidade, que os mencionados documentos, juntamente com o relatório anual da administração e com a proposta de distribuição de dividendos, estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia. Recife, PE, 13 de março de 2017. Reginaldo Ferreira Alexandre - Conselheiro; Fernando Eduardo Ramos dos Santos - Conselheiro; Francisco de Assis Gomes Silva - Conselheiro
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Aos Administradores e Acionistas Ser Educacional S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ser Educacional S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ser Educacional S.A. e suas controladas ("Consolidado" ou "Grupo"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião,

as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ser Educacional S.A. e da Ser Educacional S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita e Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 21 e 10 às demonstrações contábeis, respectivamente) A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades diretamente de pessoas físicas (alunos) matriculados semestralmente nos cursos regulares de graduação, pós-graduação e cursos técnicos. No contexto das operações da Companhia, os seguintes principais aspectos demandaram especial atenção em nossa auditoria: (a) As receitas são decorrentes de grande volume de transações individualmente de baixo valor, aumentando sobremaneira a relevância dos controles internos estabelecidos, notadamente a manutenção de um adequado cadastro de alunos. (b) A relevância de alunos matriculados em conexão com programa governamental do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), responsável por aproximadamente 45% da base de alunos, requer da administração julgamentos de certa complexidade no que se refere a probabilidade de recebimento futuro das mensalidades desses alunos. c) Em função do ciclo semestral de matrícula, os alunos que permanecem inadimplentes ao final de cada semestre trazem maior risco de perdas no contas a receber, o que requer que sejam firmados acordos para recuperação dos créditos vencidos e o exercício de julgamento para a determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que engloba não somente os alunos inadimplentes, mas também aqueles que firmaram acordos de pagamento, que podem não ser completamente honrados.	Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos relativos a esse assunto: Identificamos, avaliamos e testamos os principais controles internos adotados pela Companhia e suas controladas para o processo de matrículas, definição de tabela de preços, emissão de cobranças e contabilização das mensalidades. Adicionalmente, realizamos testes em amostras de mensalidades, a partir de lançamentos contábeis registrados, examinamos selecionados contratos firmados e documentos cadastrais dos alunos, que incluíam alunos matriculados como FIES, bem como verificamos o recebimento subsequente de selecionadas mensalidades. No que diz respeito à provisão para créditos de liquidação duvidosa, verificamos se a política de provisionamento estabelecido pela Administração está sendo utilizada uniformemente para toda a base de alunos e efetuamos recálculos. Além disso, inspecionamos os acordos firmados, em base amostral, para verificar a aderência das provisões constituídas aos critérios definidos pela Administração. Nossos testes mostraram que o de reconhecimento de receitas, incluindo as relacionadas a mensalidades como alunos vinculados ao FIES, está suportado por documentação hábil e com valores corretos e que os critérios e premissas adotados pela Administração proporcionam uma base razoável para a determinação da provisão para perdas sobre créditos no contexto das demonstrações financeiras.
Impairment de intangíveis de vida útil indefinida (Nota 12 às demonstrações contábeis) Em decorrência das transações de combinação de negócios realizadas entre 2014 e 2015, a Companhia acumulou ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida que representam aproximadamente 12% do total de ativos na Controladora e 9% no Consolidado, sujeitos a verificações anuais de recuperabilidade (<i>impairment</i>). Essa área requereu especial atenção de auditoria em função dos valores envolvidos, bem como devido à subjetividade e complexidade dos julgamentos necessários para elaboração dos modelos, definição das premissas e taxa de desconto utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa.	Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos: (i) Avaliamos, com o apoio de nossos especialistas em avaliação de empresas, a razoabilidade das principais premissas e da metodologia empregados pela administração para as projeções de fluxo de caixa, notadamente no tocante às premissas de crescimento, preço de mensalidade, índice de inadimplência e taxa de desconto utilizadas. (ii) Comparamos as projeções com resultados financeiros recentes e com orçamentos aprovados pelo Conselho de administração, observamos análises de sensibilidade para os principais dados e premissas das projeções, bem como verificamos os principais aspectos de efetuosos leu das divulgações desse assunto nas notas explicativas A partir dos procedimentos de auditoria realizados, não identificamos indícios de <i>impairment</i> nos ativos intangíveis de vida útil indefinida.

Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado: As demonstrações financeiras individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras



da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Recife, 13 de março de 2017
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0